

# Fim de ciclo na América do Sul? Movimentos populares, governos “progressistas” e alternativas ecossocialistas\*

Franck Gaudichaud\*\*

## **Resumo:**

Enquanto as direitas latino-americanas parecem levantar a cabeça (em particular, após a eleição de Mauricio Macri na Argentina e a angustiante derrota eleitoral do chavismo na Venezuela), o debate sobre um possível “fim de ciclo” ou de um refluxo dos governos “progressistas” prossegue.

**Palavras-chave:** governos pós-neoliberais; lutas populares; ecossocialismo.

## End of a Cycle in South America? Popular Movements, “Progressive” Governments and Eco-Social Alternatives

## **Abstract:**

As the Latin American rights appear to rear their heads (in particular, after the election of Mauricio Macri in Argentina and the distressing electoral defeat of chavismo in Venezuela) the debate continues about a possible “end of a cycle” or reflux of “progressive” governments.

**Keywords:** post-neoliberal governments; popular struggles; eco-socialism.

Mais de 40 anos após um golpe de Estado esmagar a experiência da “via chilena ao socialismo”, 30 anos depois de fundado no Brasil o mais potente movimento social do continente, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), 20 anos após a proclamação em Chiapas do grito zapatista *Ya Basta!*

---

\* Este artigo se baseia no prefácio da edição chilena do livro coletivo *América Latina. Emancipaciones en construcción* (Santiago, Tiempo Robado, Ed. América em movimento, 2015), <http://americaenmovimiento.cl/america-latina/> Tradução de Jair Pinheiro.

\*\* Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Paris VIII. Professor-pesquisador em Estudos Latinoamericanos da Universidade Grenoble-Alpes, França.

End. eletrônico: [franck.gaudichaud@univ-grenoble-alpes](mailto:franck.gaudichaud@univ-grenoble-alpes)

Contra o neoliberalismo e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, 15 anos depois de Hugo Chávez ser eleito à presidência da Venezuela e mais de 2 anos que a doença o levou; hoje os povos “índo-afro-americanos” em suas tentativas de construção de uma gramática emancipatória parecem ter atingido um novo ponto de inflexão. Um ciclo de média duração social, econômico e político parece esgotar-se lentamente, embora não sendo em nenhum caso um processo uniforme, menos ainda linear. Com os progressos reais obtidos (embora relativos), dificuldades e limites importantes foram enfrentados, experiências de diferentes e muito diversos governos “progressistas” da região, que se tratava de processos claramente de centro-esquerda, sociais-liberais ou, ao contrário, de executivos nacionais-populares mais radicais, antiimperialistas, frequentemente desqualificados nos meios conservadores sob o rótulo de “populistas”, que se reivindicam revolução bolivariana, andino-amazonense, ou “cidadã”, ou encarnam simples mudanças institucionais de essência progressista. Todos esses processos políticos parecem chocar-se com problemáticas endógenas, com poderosas forças conservadoras (nacionais e globais), mas também com várias indefinições ou dilemas não resolvidos no plano estratégico.

### **Governos progressistas e experiências pós-neoliberais**

Sem nenhuma dúvida, nos países onde se consolidaram vitórias eleitorais repetidas e espetaculares de forças de esquerda ou anti-neoliberais, em particular nos casos em que essas vitórias são produtos de anos de lutas sociais e populares, como na Bolívia, ou de uma rápida politização-mobilização das camadas populares, como na Venezuela, o Estado e suas políticas reguladoras, o crescimento econômico interno, a luta contra a extrema pobreza vias programas específicos de redistribuição e o estabelecimento de novos serviços públicos ganharam terreno. Trata-se de uma diferença importante, impossível menosprezar em face do ciclo infernal de privatizações, devastações sociais e da violência da desregulamentação capitalista neoliberal dos anos de 1990. Estes países viram – em graus diversos – a reafirmação do papel do Estado enquanto instância reguladora do mercado, com a redistribuição parcial da renda extrativa e da riqueza do subsolo em favor dos mais pobres. Políticas assistências com efeitos diretos e imediatos para milhões de cidadãos(ãs), que explica em parte a solidez da base social e eleitoral dessas experiências até o presente (após mais de 10 anos de exercício do poder em alguns casos). Pela primeira vez – depois de décadas – diversos governos “pós-neoliberais”, a começar pela Bolívia, o Equador e a Venezuela, mostraram que era efetivamente possível retomar o controle dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, fazer recuar a pobreza extrema e as desigualdades sociais, implementando reformas políticas de inclusão-mobilização de amplos setores populares, até então afastados do direito de decidir por eles mesmos, apresentar sua opinião

e, sobretudo, participar. Igualmente, viu-se ressurgir no imaginário geopolítico continental o sonho de Bolívar e as iniciativas de integração regional alternativa e de cooperação entre os povos (a imagem do projeto – jamais consolidado – da ALBA-TCP Aliança Bolivariana para os povos de nossa América – Tratado de Comércio dos Povos), que pretendia recobrir um espaço de soberania nacional face às grandes potências do norte, ao imperialismo militar e às novas caravelas, que são as empresas transnacionais ou as imposições unilaterais das instituições financeiras mundiais.

Enquanto o velho mundo e os povos da União Europeia estão submetidos à ditadura financeira da Troika (FMI, Comissão europeia e Banco Central Europeu) que os mergulha numa profunda crise econômica, política e moral, é preciso sublinhar a capacidade de que tem dado provas diversos movimentos populares e dirigentes de “Nossa América” no momento de resistir e começar a reconstruir um multilateralismo regional independente de Washington, democratizar a democracia e reinventar os contornos do político, se engajando em projetos progressivamente concebidos por diferentes líderes como alternativas para o século XXI. Quando se vê o povo grego tentar levantar a cabeça face à ditadura da dívida e aos ataques das classes dominantes europeias, quando tantos trabalhadores, jovens e coletivos dessa região do mundo estão à procura de vias emancipadoras; ainda há muito a aprender com a América Latina dos últimos 20 anos, tanto de suas vitórias como de seus fracassos, de sua experiência traumática do reino do fundamentalismo neoliberal e de suas tentativas heroicas de enfrentá-lo nessas terras do Sul do sistema-mundo capitalista.

### **Os caminhos sinuosos do poder e a “revolução passiva”**

Entretanto, como sublinhava desde 2015 o teólogo e sociólogo François Houtart, secretário executivo do Fórum mundial das alternativas, o desafio fundamental – em particular para os países que mais fizeram nascer esperanças de mudanças nas fileiras de uma esquerda mundial à procura de exemplos a seguir – ainda é a definição de vias de transição radical rumo a um novo paradigma civilizatório pós-capitalista. Não se trata de permanecer fechado num projeto de modernização pós-neoliberal, menos ainda no quadro de um novo modelo de crescimento fundado na assistência e no produtivismo ou de um simples rearranjo entre desenvolvimento nacional, burguesias regionais e capitais estrangeiros. Trata-se, ao contrário, de visar à transformação das relações sociais de produção, das formas de propriedade e dos modos de exploração da natureza..., tudo isso enfrentando a ingerência imperialista. Sem dúvida, uma tarefa gigantesca e árdua que alguns países da América do Sul não poderão conduzir bem sozinhos. Todo ponto de vista crítico deveria partir daí, a fim de medir as possibilidades

no contexto regional atual.

Desse ponto de vista, na etapa histórica em que nos encontramos, malgrado os progressos democráticos conquistados ao preço de suor e sangue<sup>1</sup>, vemos aflorar múltiplas tensões, revés e os limites atingidos pelos diversos progressismos latino-americanos e, mais amplamente, as do período aberto no começo dos anos 2000 na luta contra a hegemonia neoliberal. Álvaro García Linera, um intelectual hoje no poder, apresenta essas tensões (em particular, aquelas entre movimentos e governos) como potencialmente “criativas” e “revolucionárias”, como experiências necessárias para avançar progressivamente rumo a um “socialismo comunitário” (Linera, 2011), considerando-se as relações de forças geopolíticas, políticas e sociais realmente existentes (ele desqualifica, de passagem, sem argumentar verdadeiramente e de maneira bem pouco estimulante, toda crítica vinda de sua esquerda como “infantil”). Segundo essa crítica, frequentemente defendida pelos “intelectuais de gabinete”, a conquista eleitoral do poder por forças nacional-populares é concebida como uma resposta democrática – e “concreta” – à emergência plebeia dos anos 1990-2000 e, o Estado, como um instrumento essencial “da administração dos bens comuns” face ao reino da lei do valor e da dessocialização neoliberal. Entre os defensores dessas dinâmicas no quadro de diferentes governos progressistas, aliás, frequentemente analisados como um todo homogêneo, se encontram igualmente intelectuais de renome como Emir Sader (Brasil), Atilio Borón (Argentina) ou Marta Harnecker, educadora popular e socióloga chilena (Sader, 2015; Harnecker, 2015).

Entretanto, inúmeros militantes de base de movimentos e analistas críticos de perspectivas políticas plurais (entre eles, Alberto Acosta e Natalia Sierra, no Equador, Hugo Blanco, no Peru, Edgardo Lander e Roland Denis, na Venezuela, Maristella Svampa, na Argentina, ou Massimo Modonesi, no México) ressaltam, ao contrário, a dimensão sempre mais “conservadora” das políticas governamentais do progressismo ou do nacionalismo pós-neoliberal (do Uruguai à Nicarágua, passando pela Argentina<sup>2</sup>), incluído seu caráter de “revolução passiva” (no sentido de Gramsci). Assim, tratar-se-ia de transformações no “topo” que transformam efetivamente o espaço político, as políticas públicas e as relações Estado-sociedade-movimento, mas que, ao mesmo tempo, integram, cooptam

---

<sup>1</sup> Tais como a construção de Estados plurinacionais, a instauração de direitos sociais mais ou menos institucionalizados, a instalação de assembleias constituintes e de espaços de participação comunitária ou o impulso da integração regional.

<sup>2</sup> É preciso notar aqui que, para nós, o governo atual de Michelle Bachelet se situa claramente fora desta categoria “progressista pós-neoliberal sul-americana”, visto que é fundamentalmente uma continuação “reformista” do neoliberalismo dos governos da Concertación, que governaram o país entre 1990 e 2000 (Gaudichaud, 2015a)

– e, *in fine*, naturalizam – a irrupção dos de baixo nas redes institucionalizadas, conduzem a um brusco rearranjo no seio das classes dominantes e do sistema de dominação, freando a capacidade de auto-organização, poder popular e de controle exercido pelos povos mobilizados e setores subalternos (Modonesi, 2013). Sob este ângulo, a “captura” do Estado por forças progressistas poderia significar mais a captura da esquerda... pelas forças profundas do Estado, sua burocracia e os interesses de classe que representam. O caso venezuelano, em que a inércia do Estado rentista, a corrupção (civil e militar) e a “boliburguesia” são três males que se autoalimentam, é um caso extremo típico neste sentido, no momento, que explica a decomposição sócio-política que vive o chavismo governamental e a distância crescente do chavismo popular e militante. Sob este ângulo, a estratégia tomada de poder para mudar o mundo pode resultar numa esquerda *tomada pelo poder*, em que tudo mudaria, preservando o essencial do mundo tal como ele é...

Segundo o escritor uruguaio, Raúl Zibechi, “Na medida em que o ciclo progressista se esgota, o tempo parece maduro para extrair balanço de longo prazo, que não se atém aos elementos conjunturais ou secundários, para começar a desenhar um panorama de conjunto. O mínimo que se pode dizer, é que este fim de ciclo se revela desastroso para os setores populares e para a esquerda, com sua cota de incertezas e de angústias quanto ao futuro imediato, quando deveremos enfrentar uma política de direita e repressiva.” (Zibechi, 2015)

### **Fim de ciclo? Fim... e depois**

Nesses últimos tempos, uma avalanche de artigos foi publicada sobre a questão da existência ou não de um “fim de ciclo” progressista, ou mesmo quanto à pertinência da noção de “ciclo progressista”. O debate atingiu um nível de polarização tal que uns acusam outros de fazer o “jogo do império” criticando os governos, de serem “profetas da capitulação” e “esquerda de boteco” (García Linera), estes criticam os primeiros como convertidos em intelectuais da ordem e a serviço dos Estados da região e de governos que, afinal, são mais *regressivos* que *progressistas*... Este diálogo de surdos é pouco útil para elucidar o momento político atual. A noção de um possível “refluxo da mudança de época” (Akornada, 2015) ou, numa ótica marxista, de um lento “fim de hegemonia progressista” (Modonesi, 2015) sem dúvida são mais complexas e adaptadas ao emprego nesta discussão, de maneira certamente conflitual, até mesmo oposta, mas construtiva em termos políticos. Tudo isso considerando que esse fenômeno se produz em condições territorial-nacionais altamente diferenciadas: “Essa variação é mais perceptível em alguns países (por exemplo: Argentina, Brasil e Equador) do que em outros (Venezuela, Bolívia e Uruguai), visto que nestes últimos, as coalizões

progressistas no poder permaneceram relativamente coesas e não conheceram clivagens marcadas pela esquerda. A Venezuela, em particular, foi o único país onde foi impulsionada a participação das classes populares com o estabelecimento das *Comunas*, a partir de 2009...” (Modonesi, 2015). Além da polêmica sobre a amplitude do esgotamento, da inflexão ou do refluxo do período nacional-popular, sublinhando-se a variedade dos processos analisados, parece que, em vários níveis, os governos progressistas parecem ter optado definitivamente, sob pressão de fatores tanto globais como endógenos, por um “realismo modernizador” no plano econômico, pela busca de um consenso com as elites estabelecidas e pela “política do possível”, frequentemente o melhor meio para justificar a renúncia às mudanças estruturais numa ótica anticapitalista. Esta dinâmica poderia encontrar seu símbolo no encontro “fraternal”, em julho de 2015, entre a presidente brasileira Dilma Rousseff – do Partido dos Trabalhadores – e o responsável de crimes contra a humanidade, que é Henry Kissinger – ex-secretário de Estado dos EUA – num momento em que Dilma buscava apoio político do Império face a uma oposição crescente da sociedade civil e uma direita revitalizada pela amplitude dos casos de corrupção nas esferas governamentais. Evidentemente, o objetivo perseguido pelo executivo da maior potência latino-americana com esse tipo de gesto diplomático é, antes de tudo, apoiar “suas” próprias classes dominantes e oferecer mais “segurança” para as atividades comerciais no Brasil. Sabemos hoje que já não basta para a oligarquia brasileira este tipo de pacto de classes “pelo alto”. Agora, trata-se de derrubar, via Congresso, (com o *impeachment*) e a partir das ruas (com massivas mobilizações reacionárias) o governo Dilma para impedir um eventual regresso de Lula, e sobretudo enfrentar diretamente, sem mediação, sem negociação e sem assistencialismo aos mais pobres, a forte recessão econômica com as ferramentas neoliberais. Em outro frente e outras latitudes, o tratado de livre comércio assinado em segredo pelo Equador em 2014 com a União Europeia testemunha os limites dos anúncios feitos por Rafael Correa quanto ao “fim da noite neoliberal”, tanto mais que se trata de um dos governos há mais tempo apontado como exemplo a seguir por amplos segmentos das esquerdas europeias. Hoje, o governo equatoriano, confrontado com a direita e, a crer nisso, sob ameaça de um “golpe de Estado a seco”, deve igualmente confrontar os movimentos sociais e indígenas (assim como uma esquerda radical ainda dividida e minoritária) a ponto que se poderia falar de uma situação de impasse político”, no sentido que lhe dá o marxista Agustín Cueva, em que a figura cesarista do presidente desempenha um papel de estabilizador funcional para o capital: “houve períodos recorrentes na história do Equador em que a intensidade dos conflitos horizontais, intercapitalistas, combinados com lutas verticais opondo as classes dominantes e as populares, os tornavam insuportáveis para as formas de dominação existentes. Nesse intermédio, enquanto

os políticos concebiam novas formas mais estáveis de dominação, reinava a instabilidade a ponto de chegar ao impasse.” (Webber, 2015)

### **A maldita herança extrativista**

De forma mais geral, é preciso mencionar, mesmo não se tratando do único problema, a permanência em todos os países progressistas e pós-neoliberais de um modelo produtivo e de acumulação no qual se entrelaçam, em graus e segundo intensidades variadas, capitalismo de Estado, neoliberalismo e modelos baseados na extração intensa de recursos primários e energéticos (“extrativismo”), com seus efeitos destruidores para as comunidades indígenas, os trabalhadores, os territórios e os ecossistemas... Esta tensão interna se articula, de forma desigual e combinada, com um contexto financeiro feroz e – o que constitui o fato central da conjuntura atual – a crise econômica mundial e a deflação chinesa que impacta violentamente a região, provocando uma brusca queda dos preços das matérias primas, em particular do barril de petróleo (que praticamente caiu de US\$ 150 para menos de 50), selando o fim do período de prosperidade precedente, pondo a nu novamente a matriz produtiva dependente e neocolonial da América Latina, herança maldita de vários séculos de dominação imperialista. Esta situação coincide com uma ofensiva notória do capital transnacional dos Estados do Norte e de alguns gigantes do Sul (a começar pela China) para se apoderar de novas terras agrícolas, de recursos energéticos, minerais, da água, da biodiversidade, da mão-de-obra: um tornado destrutivo até a última gota de vida. Em países como Bolívia e Equador, onde a consciência desses perigos sócio-ambientais é mais aguda, o governo e as forças que o sustentam realizam uma política – à qual não falta coerência – que consiste em passar por uma fase indispensável de industrialização-extrativismo para construir a transição sobre um certo crescimento econômico: pode-se falar de um “extrativismo transitório pós-neoliberal” que permitiria desenvolver pequenos países dependentes com poucos recursos, criar riquezas sobre a base de uma acumulação primitiva para responder à imensa urgência social que conhecem essas nações empobrecidas e, *ao mesmo tempo*, se engajar num lento processo de mudança de modelo de acumulação no interior de um contexto global adverso.

Entretanto, segundo Eduardo Gudynas, secretário executivo do CLAES (Centro Latino-americano de Ecologia Social), “não há nenhuma evidência de que esse processo se realize efetivamente, por diferentes razões. Primeiro, a forma que é utilizada a riqueza gerada pelo extrativismo é, em grande parte, consagradas a programas que aumentam o extrativismo, por exemplo, acrescentando as reservas de hidrocarbureto ou estimulando a exploração mineral. Segundo, as políticas extrativistas têm efeitos econômicos que inibem os processos de autonomia em

outros setores produtivos, tanto na agricultura como na indústria. O governo deveria tomar medidas para prevenir esta distorção, não é o que se passa. Há, de fato, uma deriva na agricultura com a promoção de culturas de exportação, enquanto aumenta a importação de alimentos. Terceiro, como os projetos extrativista engendram uma forte resistência social (como a recente dos Guaranis de Yategrenda, Santa Cruz, ou da reserva Yasuni, no Equador) os governos são constringidos a defendê-los com tal vigor, que a adesão de grandes setores da sociedade à cultura extrativista se reforça e inibe a busca de alternativas.” (Agramont, 2015)

Assim, não é um acaso se as lutas populares e as mobilizações que emergem no coração da América, e que anunciam – talvez - um novo período histórico de lutas de classe, estão diretamente ligadas às depredações, à repressão e às resistências sócio-territoriais que essas política engendram. “A resistência se desenvolve principalmente contra a extração mineral e a monocultura, em particular a soja, mas também contra a especulação imobiliária; dito de outro modo, contra as formas específicas de que se reveste o extrativismo. Segundo o Observatório de conflitos mineiros da região, há 197 conflitos em curso no setor de minério que atingem 296 comunidades. O Peru e o Chile, com 34 conflitos cada um, seguidos pelo Brasil, pelo México e pela Argentina como os países mais afetados” (Zibechi, 2013).

### **Crise econômica mundial, retorno das direitas e novas lutas populares**

Este novo cenário se manifesta em um contexto marcado por sombras ameaçadoras sobre a economia das principais potências latino-americanas. A profunda crise do capitalismo mundial, que continua, e a persistência de imensas desigualdades sociais, como dessimetrias regionais no conjunto do continente. Por outro lado, é preciso sublinhar a ofensiva de todos os ângulos de diferentes setores da direita patronal e das mídias privadas, mas também das oligarquias da região que aproveitam o fim da hegemonia progressistas para recuperar o terreno perdido há 15 anos face aos líderes carismáticos e aos dirigentes progressistas. Neste sentido, as intensas campanhas dos grupos midiáticos capitalistas como a Globo no Brasil ou o Clarín na Argentina ou os ataques frontais contra os governos bolivianos e venezuelanos nos últimos processos eleitorais são um ingrediente essencial da reativação das direitas, e inclusive do surgimento de “novas-velhas” correntes políticas direitistas (como a de Mauricio Macri na Argentina). Essas direitas conservadoras e neoliberais continuam a controlar – no plano político – cidades, regiões e países chaves (como México e Colômbia) e chegaram rapidamente a vencer as eleições presidenciais na Argentina e criar um verdadeiro maremoto nas parlamentares na Venezuela. Essas novas conquistas

ameaçam claramente os direitos arrancados pelas lutas durante a última década e o processo de integração regional que tomava distância de Washington, mas seria totalmente ilusório – como o fazem vários intelectuais de gabinete – se contentar com apontar a “guerra econômica e midiática” ou as manobras estadunidenses no momento de explicar suas derrotas. O crescimento das direitas deriva, antes de tudo, das fragilidades e incoerências do projeto nacional-popular, da falta de perspectiva de ruptura mobilizadora (os Kirchner reivindicavam ter sido bem-sucedido em restaurar “um capitalismo normal”), ele nasce igualmente do desmoronamento “pelo auto” de uma tentativa de transformação nacional (como na Venezuela). Entretanto, sabemos que as forças conservadoras foram e são sempre capazes de organizar múltiplas formas de desestabilização quando necessário, inclusive golpes de Estado (como no curso dos últimos dez anos no Paraguai, em Honduras e na Venezuela) com o apoio – explícito ou indireto – da política imperialista *made in USA* (Gaudichaud, 2015b). No entanto, é pouco provável que assistamos a um brusco retorno à época do neoliberalismo triunfante, já que a consciência anti-neoliberal conseguiu ganhar terreno, embora no caso da Venezuela, o desejo da oposição a este retorno e o apelo à resistência de Maduro possam anunciar tempos de agitados enfrentamentos.

Entretanto, os de baixo se levantam em protestos populares multissetoriais, dos povos indígenas, dos estudantes e dos trabalhadores, impondo sua própria agenda e reivindicações a circunstância institucional, destacando por intermédio de suas lutas os limites das transformações estruturais realizadas nos países governados por forças pós-neoliberais e a ausência total delas ali onde ainda reina as direitas neoliberais; denunciando também as diversas formas de repressão, de intimidação ou de cooptação que atingem a tudo: oposição coletiva à soja transgênica e greves operárias na Argentina, grandes manifestações de rua da juventude nas principais cidades brasileiras pelo direito à cidade e contra a corrupção, crise profunda do projeto bolivariano, violência da oposição e difícil reorganização do movimento popular na Venezuela, lutas camponesas e indígenas no Peru contra os megaprojetos de mineração (como o projeto Conga), mobilização dos mapuches, dos assalariados e dos estudantes no Chile para denunciar a herança maldita da ditadura de Pinochet (e sua cogestão pelo governo atual), crítica da COB – (Central Operária Boliviana), de ONGs e de setores do movimento indígena contra a política de “modernização” de Evo Morales na Bolívia, renúncia do governo Correa ao projeto Yasuní, que deveria preservar da extração as jazidas petrolíferas no Equador, além do confronto do poder com a CONAIE (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador) e segmentos significativos da sociedade civil organizada, negociações prolongadas na Colômbia em busca de uma paz verdadeira, o que exige uma paz que avance junto com transformações sociais, econômicas e uma reforma agrária de grande amplitude, etc.

## A “velha toupeira” da história e as alternativas em construção

O cenário é elástico e flutuante; mas seja como for “a velha toupeira da história” (no sentido que entendia Marx) continua a cavar e se desenvolve, simultaneamente, uma grande variedade de experiências de lutas sociais, de conflitos de classe e de debates políticos acompanhados de inúmeras experiências de poder popular, de alternativas radicais e de utopias em construção (Seguel, 2015: 237-278). Se alguns intelectuais puderam crer – e deixar crer – que por todo um período a América Latina – deveríamos chamá-la Abya Yala – alcançaria o novo El dourado do “socialismo do século XXI” graças a um “giro à esquerda” institucional e vitórias eleitorais democráticas, sabemos que os caminhos da emancipação são bem mais complexos, profundamente sinuosos e que os aparelhos de poder (militares, midiáticos, econômicos) das oligarquias latino-americanas e imperialistas são sólidos, resilientes, insulados e ferozes quando necessário. Transformar as relações sociais de produção e eliminar as dominações de “raça” e de gênero nas sociedades de “Nossa América” emerge de uma dialética que deverá, com certeza e novamente, partir de baixo e da esquerda, sob autonomia e independência de classe, em toda sua dimensão política, afastando a ilusão de uma mudança que dispensaria a tomada do poder, assim como que uma transformação da sociedade pelo alto é possível (e desejável).

Isto não é para negar que essas tentativas coletivas de poder popular devem continuar a se apoiar em vitórias eleitorais parciais, que elas possam se ligar à importância de conquistar espaços institucionais e políticos no interior do Estado ou, ainda, se personificar em figuras dirigentes, mas se – e somente se – esses novos espaços e líderes estão a serviço dos “comuns” e de seus administrados, a serviço de uma estratégia que procura o desenvolvimento da auto-organização em todos os domínios. Pode-se utilizar o Estado para acabar com o Estado... capitalista, utilizando-o simultaneamente como barreira de proteção contra a potência de forças hostis internas e externas? Ou é preciso afirmar com Marx que o Estado, criação por essência das classes dominantes, é uma ferramenta que não pode ser utilizada a nosso serviço sem arriscar a nos colonizar em nossa mentalidade, nossa alma e nossa prática?

Evidentemente, confirma-se uma vez mais que a tomada do controle do executivo representa “somente” a conquista parcial do poder, tanto mais limitado se não se dispõe de uma maioria parlamentar e de uma base social mobilizada (Harnecker, 2015). Relembremos as lições do Chile e a forma como foi revertida e esmagada a via “institucional” ao socialismo da Unidade Popular. Um governo de esquerda e de classes subalternas apenas demonstra seu verdadeiro caráter de alternativa se é capaz de servir de alavanca transitória e estimulante para as lutas auto-organizadas dos trabalhadores e dos movimentos populares ou

indígenas, favorecendo as dinâmicas de tomada do poder democrático reais, de transformações das relações sociais de produção, da experiência de autogestão e das vias emancipadoras *fundadas no e atuando pelo* “bem viver”. Na falta disso, as forças políticas ditas de esquerda estão condenadas a gerir a ordem existente e, mesmo nas fases de instabilidade, a se elevar acima das classes sociais em uma função bonapartista para assegurar a perpetuação do Estado-leviatã, exercendo sua dominação de forma mais ou menos “progressista”, mais ou menos conflitual com as elites locais ou com as multinacionais.

A flexão e o giro regressivo atual na América Latina são incontestavelmente carregados de perigo, apesar disso contendo ainda oportunidades para os e as de baixo. É chegada a hora de retomar a discussão sobre *o novo* sem esquecer *o velho* e de debater as estratégias anticapitalistas e os instrumentos políticos que permitem construir o que nos propomos chamar de *ecosocialismo nuestroamericano* do século XXI, um projeto que não seja decalque nem cópia, que se recusa se deixar sufocar pelas táticas eleitorais de curto prazo, pelas lutas de caudilhos e pelos aparelhos burocráticos, que também não se deixa abusar pela quimera de construir uma pluralidade de autonomias sociais sem projeto político de conjunto, ainda que pouco centralizado. Para isso, é essencial mobilizar todos os nossos sentidos, abrir os olhos e o coração diante das experiências coletivas em andamento, frequentemente obliteradas pelos radares midiáticos dominantes, ainda dispersas e debilmente interconectadas, mas que formam uma potente corrente de lutas em permanente evolução, inscritas no real e no concreto, enriquecidas por seus fracassos e sucessos. Tantas experiências, que permitem compreender dinâmicas emancipadoras, tentativas coletivas originais e os perigos que elas devem enfrentar ou contornar.

Isto não nos permite, é verdade, pôr em evidência uma forma ideal de levantes vitoriosos e manhãs que encantam. Antes, trata-se de um mosaico de práxis-saberes-ações; experiências em nível de regiões e territórios ou, ainda, da atividade produtiva com as fábricas recuperadas por seus empregados, no domínio de comunidades urbanas, ainda outras inscritas nas políticas públicas implementadas por governos e instituições, desde que estejam sob controle dos interessados: das mulheres contra a violência patriarcal, dos sem-tetos, das comunidades indígenas, da classe operária nos diferentes países, das experiências de agroecologia na Colômbia, dos movimentos para o “bem viver” no Equador, dos conselhos comunais na Venezuela, das fábricas sem patrão na Argentina, das mídias comunitárias no Chile e no Brasil, das *rondas* comunitárias no Peru e no México, etc. “Iniciativas organizadas localmente para tomar e exercer o poder popular, manifestações de rua combativas para se opor às decisões tomadas pelo poder nacional e transnacional; assim como assembleias constituintes capazes de refundar a utopia, de se reapropriar das rédeas da política em nível do Estado. Os

caminhos da emancipação estão longe de serem unívocos. Enquanto experiências, eles supõem buscas, tateamentos e recuos, mas também, vitórias. Complexas, às vezes contraditórias, mas carregadas de esperanças profundas e autênticas, essas experiências constituem uma fonte para os que estão engajados na tarefa de reinventar as sociedades e a forma de fazer política, quer se trate de cidadãos dos países desta região do mundo ou de mulheres e homens de outras regiões que se engajaram na via difícil da resistência e da emancipação.” (Vercoutère, 2013).

### **Ecossocialismo ou barbárie**

Esta pluralidade de vozes e de exemplos latino-americanos permitem retomar o fio de uma discussão que já percorre as veias abertas do continente, isto permite refletir além e do outro lado dos projetos progressistas governamentais, considerando que é, simultaneamente, indispensável criar frentes sócio-políticas amplas para enfrentar as ameaças de retorno fortalecido das direitas e do imperialismo na América do Sul. Evidentemente, é preciso reconhecer que essas diversas experiências e vivências brevemente evocadas aqui, que emergem do *como mudar o mundo*, são contraditórias e, inclusive, divergentes: algumas isoladas, muito localizadas e, outras, ao contrário, institucionais ou atreladas às políticas governamentais. Deve-se a isto o interesse de retomar os grandes debates estratégicos do século XX, mas situando-os no tempo presente e, na memória dos balanços das dolorosas derrotas passadas. Isto nos obriga, sobretudo, a pensar na contracorrente, na oposição a uma “esquerda contemplativa, institucional, administrativa, uma esquerda de aspirantes a funcionários, sem revolta, sem mística, uma esquerda sem esquerda” que povoa os arcanos parlamentares e os gabinetes governamentais (Robledo, 2015). Contra nossos funestos modelos de crescimento infinito e nossa própria visão teleológica, com a consciência da urgência global de um planeta maltratado em pleno derrocamento ecológico e climático. O tempo urge. Como se engajar numa transição pós-capitalista e ecossocialista no século XXI? Qual será o papel dos instrumentos político-organizacionais nesse caminho? O papel das forças armadas, do sistema de representação, dos sindicatos? Destruí-los, servir-se deles, transformá-los, contorná-los, fissurá-los...., mas como? Como reconstruir uma consciência comum, uma hegemonia cultural e uma esquerda anticapitalista *pelo povo e para o povo*? Como evitar nutrir pequenos grupos com afinidades estreitas fechadas sobre si mesmas e, igualmente, se preservar de repetir as abominações burocráticas do século XX?

A grande Rosa Luxemburgo, em 1915, retomando as palavras de Friedrich Engels, lançava esta advertência: “transição ao socialismo ou queda na barbárie?”. Em 2016, essa mensagem adquire um sentido ainda mais catastrófico e premo-

nitório: “ecosocialismo ou “ecocídio global”. É com a “audácia do novo” que poderemos recomeçar a sonhar abater os muros do capital, do trabalho assalariado, do neocolonialismo e do patriarcado. “Mudar o mundo parece muito ambicioso, porém mais ainda arriscado quando se toma em consideração os grupos de poder que jamais permitirão que seja desmantelada a civilização capitalista. Entretanto, nas circunstâncias presentes, não há outra alternativa. As condições de vida de amplos segmentos da população e da própria terra se deterioram em ritmo acelerado. Aproximamo-nos de um ponto de não-retorno. A possibilidade de mudar de planeta não existe. (...). Devemos considerar o desafio. Devemos ser rebeldes em face do poder (talvez até desejar sua destruição). Devemos aceitar nossas limitações enquanto seres humanos na Natureza. Devemos detestar toda forma de exploração. Devemos ser os que se erguem contra todas as injustiças e contra quem as comete. Não devemos nos resignar. Devemos continuar a exigir e a construir o impossível” (Lang, Cevallos e López, 2015: 191-192).

A tarefa está em marcha, é nosso pão cotidiano, hoje e amanhã.

## Bibliografia

- AGRAMONT, Ricardo Aguilar (2015). Entrevista a Eduardo Gudynas: La derecha y la izquierda no entienden a la naturaleza. *La Razón*, 23 de agosto.
- AKORNADA, Katu (2015) ¿Fin del ciclo progresista o reflujo del cambio de época en América Latina? 7 tesis para el debate. *Rebelión*, 8 de setembro. Disponível em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org).
- GAUDICHAUD, Franck (2015a). *Las fisuras del neoliberalismo maduro. Trabajo, “Democracia protegida” y conflictos de clases*. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <https://t.co/zr0icx8Z36>.
- \_\_\_\_\_ (2015b). El peso de la historia. América Latina y la mano negra de Washington. *Le Monde Diplomatique*, edição chilena, julho.
- HARNECKER, Marta (2015). Los movimientos sociales y sus nuevos roles frente a los gobiernos progresistas. *Rebelión*, 7 de setembro. Disponível em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org)
- LINERA, Álvaro García (2011). *Las tensiones creativas de la Revolución. La quinta fase del Proceso de Cambio*, La Paz, Vice-présidence de l’Etat plurinational de Bolivie. Disponível em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org).
- MODENESI, Massimo (2015). ¿Fin del ciclo o fin de la hegemonía progresista en América Latina? *La Jornada*, 27 de setembro.

- \_\_\_\_\_ (2013). Revoluciones pasivas en América Latina. Una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio de siglo. In: MODENESI, Massimo (coord.). *Horizontes gramscianos. Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci*. México: FCPyS-UNAM.
- ROBLEDO, Pablo Rojas (2015). Hay que sembrarse en las experiencias del pueblo. Fin de ciclo, progresismo e izquierda. Entrevista con Miguel Mazzeo. *Contrahegemonía*, setiembre. Disponible em: [contrahegemoniaweb.com.ar](http://contrahegemoniaweb.com.ar)
- SADER, Emir (2015). ¿El final de un ciclo (que no existió)? *Página 12*, Buenos Aires, 17 de setiembre.
- SEGUEL, Pablo. (2015). América Latina actual. Geopolítica imperial, progresismos gubernamentales y estrategias de poder popular constituyente. Conversación con Franck Gaudichaud”. En: GESP (coord.), *Movimientos sociales y poder popular en Chile*. Santiago: Tiempo robado ed.
- VERCOUTÈRE, Tamia (2013). Prologue. In: América Latina. *Emancipaciones en construcción*. Quito: IEAN.
- ZIBECHI Raúl (2015). Hacer balance del progresismo. *Resumen latinoamericano*, 4 de agosto. Disponible em: [www.resumenlatinoamericano.org](http://www.resumenlatinoamericano.org).
- \_\_\_\_\_ (2013). Hacia un nuevo ciclo de luchas en América Latina”. *Gara*, 3 de noviembre. Disponible em: [www.gara.naiz.info](http://www.gara.naiz.info).
- WEBBER, Jeffery R. (2015). Ecuador’s Impasse. *Jacobin*, 30 de agosto. Disponible em: <https://www.jacobinmag.com/2015/08/correa-pink-tide-gramsci-peoples-march/>.
- LANG, Miriam; CEVALLOS, Belén e LÓPEZ, Claudia (comp.) (2015). *La osadía de lo nuevo. Alternativas de política económica*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg/Abya-Yala.